



## VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

### 40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

---

ÁREA TEMÁTICA: Sociologia do Desporto [ST]

---

#### **INCLUSÃO SOCIAL NO DESPORTO. CONTRIBUTOS PARA UMA NOVA ÁREA DE INVESTIGAÇÃO.**

---

MARIVOET, Salomé

Doutorada em Sociologia, Especialidade de Sociologia da Comunicação, da Cultura e da Educação

CPES-ULHT

[smarivoet@ulusofona.pt](mailto:smarivoet@ulusofona.pt)

---



### Resumo

A ética do desporto potencia a inclusão social pelo desporto, ao promover a cooperação, a tolerância, o respeito pelo outro, a lealdade, a amizade; valores associados ao princípio de fair play. Também, o princípio da igualdade de oportunidades na competição e o direito ao desporto (desporto para todos), reforça a inclusão social no desporto. Ainda assim, o recente estudo da Agência Europeia para os Direitos Fundamentais (FRA) revelou, que também no desporto se expressam intolerâncias e exclusões. Na realidade, o desporto não se encontra à margem das sociedades, e desse modo, a discriminação que aí se expressa, tenderá a ser tanto maior quanto as desigualdades sociais e os preconceitos étnicos, religiosos, de género, de deficiência e de orientação sexual. O trabalho contextualiza o problema nas políticas desportivas europeias, em particular a ênfase colocada na dimensão social do desporto. Tendo por objectivo aprofundar a abordagem sociológica da inclusão social através do desporto, recorreremos aos conceitos de capital social e capital corporal de Bourdieu, enquanto recursos capazes de produzir *empowerment*. Adoptámos, também, as noções de afiliação e cidadania, por oposição ao conceito de desfiliação de Robert Castel no estudo da exclusão social, associado ao afastamento da esfera produtiva, isolando social e perda de cidadania. A análise baseia-se em estudos de caso de investigação-acção dirigidos à orientação da actividade desportiva em públicos jovens, tendo em vista explorar as potencialidades do desporto como ferramenta de inclusão social, em particular ao nível de como fazer, como promover inclusão (incluindo a criação de 'palcos de proximidade'), e incrementar competências.

### Abstract

The ethics of sport enhances social inclusion in sport, by promoting cooperation, tolerance, respect for others, loyalty, friendship; values associated with the principle of fair play. Also, the principle of the equality of opportunity in competition and the right of sport (sport for all), improving social inclusion in sport. Still, the recent study of the European Fundamental Rights Agency (FRA), revealed that also in sport are expressed intolerance and exclusion. In fact, the sport is not at the margins of society, and thus the discrimination that it is expressed in this social space, tend to be much more frequent, how much social inequalities, and the prejudices of ethnic, religious, gender, disability and sexual orientation. For a better understanding of the current relevance of the issue in analysis, this paper make a context of European sports policy, particularly its emphasis on the social dimension of sport. With the objective to deepen the sociological approach of the inclusion through sport, we used the Bourdieu's concepts of social capital and capital of body, while resources capable of producing empowerment. We also adopt the notions of affiliation and citizenship, as opposed to the concept of disaffiliation proposed by Robert Castel in the study of social exclusion, associated with the removal of the productive sphere, social isolation and loss of citizenship. The analysis is based on case studies of action research aimed at guidance of sporting activity among young, in order to exploit the potential of sport as a tool for social inclusion, particularly in terms of how to do, how to promote inclusion (including the creation of 'stages of proximity') and increase skills.

Palavras-chave: Desporto; Inclusão; Capital Social; Afiliação; Cidadania.

Keywords: Sport; Inclusion; Social capital; Affiliation; Citizenship



## Introdução

Nos tempos presentes marcados pela globalização, os muros culturais entre os povos tendem a desvanecer-se, tornando-se visível a diversidade humana. No entanto, paralelamente a esta tendência, assiste-se à reafirmação das identidades e das culturas (Maffesoli, 1988; Friedman, 2000), em alguns casos assumindo formas de radicalismo e hostilidade, e por isso, a acuidade do valor da tolerância e da inclusão social.

É actualmente consensual considerar-se, que o desporto constitui uma manifestação cultural com enormes potencialidade na aproximação das pessoas, das culturas e das nações, quer através da dinamização de sociabilidades, quer no veicular de sentidos identitários, de pertença, de fazer parte, isto é, de inclusão. A ética do desporto e os princípios fundamentais do Olimpismo expressos na Carta Olímpica <sup>1</sup>, veiculam justamente valores associados ao princípio do *fair play*, que orientam a acção desportiva para a inclusão e o combate a qualquer tipo de discriminação (Marivoet, 2010).

Desde a segunda metade do século XX, que os ideais do desporto para todos têm vindo a servir de pano de fundo das políticas desportivas públicas, inicialmente incentivadas pelo Conselho da Europa, onde merece destaque a promulgação da Carta Europeia do Desporto para Todos, de 1975, seguida da Carta Europeia do Desporto, de 1992 e revista em 2001 <sup>2</sup>. Na realidade, a institucionalização do movimento do desporto para todos expresso na sociedade civil durante os anos sessenta e setenta, elevou o desporto à categoria de direito do cidadão, no caso português consagrado no Art.º 79 da Constituição desde 1976, por isso após a instauração do regime democrático.

Mais recentemente, também a União Europeia tem tido um papel activo na definição de políticas de desenvolvimento desportivo, nomeadamente a partir da assinatura do Tratado de Lisboa em que o desporto passou a ser matéria de interesse comum. Justamente no mesmo ano, a Comissão Europeia lançou o Livro Branco sobre o Desporto <sup>3</sup>, onde apresenta uma proposta de política desportiva europeia comum, na defesa do que se designa de Modelo de Desporto Europeu. Neste documento estratégico da política desportiva europeia, que enfatiza o papel social do desporto, incentiva-se o uso das potencialidades do desporto na promoção da inclusão social, no estabelecimento da igualdade de oportunidades, e na prevenção e luta contra o racismo e a violência e qualquer outra forma de discriminação.

Decorrente da salvaguarda dos princípios da dignidade, liberdade, igualdade e solidariedade consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia desde 2000 <sup>4</sup>, o combate a qualquer tipo de discriminação, assim como a promoção da tolerância e inclusão social entraram na agenda política da União Europeia. Em 2008, foi criada a Agência Europeia para os Direitos Fundamentais (FRA), que constitui hoje o órgão da União Europeia que tem por missão observar e prevenir a quebra destes princípios.

Ainda em 2008, a Comissão Europeia publicou o Eurobarómetro *Discrimination in the European Union: Perceptions, Experiences and Attitudes* <sup>5</sup>, com os resultados do levantamento realizado em Março desse ano. Os dados revelaram que 62% dos europeus acreditava existir discriminação devido à etnicidade nos seus países; 51% devido à orientação sexual; 45% devido à deficiência; 42% respectivamente devido à idade e à religião ou crença; e 36% devido ao género. Como vemos, a percepção da discriminação dos europeus revela que no espaço dos países da União Europeia ainda existe um longo caminho a percorrer para que os direitos fundamentais da dignidade, da liberdade, da igualdade e solidariedade sejam realmente efectivos.

Como têm vindo a concluir os autores da exclusão e das desigualdades sociais, nomeadamente Robert Castel (1998) com a introdução da noção da 'nova questão social' associada à precarização do trabalho, as formas de discriminação tendem a ser múltiplas. Como refere, encontram-se associadas às características sociais das pessoas, em particular a vulnerabilidade social a que se encontram sujeitas, associada às desvantagens económicas, sociais, mas também culturais e simbólicas, realidades agravadas em tempo de crise, como evidenciam os tempos presentes.

Também a multiculturalidade presente na União Europeia, associada ao aumento do desemprego e da criminalidade, tem vindo a ressurgir intolerâncias baseadas na origem étnica, preocupantes para a coesão e segurança dos cidadãos europeus. Durante o Ano Europeu da Educação através do Desporto em 2004, a

Comissão Europeia publicou o Relatório Final intitulado *Studies on Education and Sport. Sport and Multiculturalism* <sup>6</sup>, que recomendavam justamente a necessidade de serem empreendidas políticas públicas de inclusão e prevenção da discriminação, abuso e exclusão social.

Quatro anos depois, a FRA criou em 2008 o seu primeiro Observatório sobre o racismo, a xenofobia e as intolerâncias relacionadas (RAXEN Network), e no ano seguinte, promoveu um estudo que teve por objectivo a identificação destas práticas discriminatórias no desporto, assim como as iniciativas de boas práticas de prevenção.

Nas conclusões deste estudo, intitulado *Racism, Ethnic Discrimination and Exclusion of Migrants and Minorities in Sport. A Comparative Overview of the Situation in the European Union*, publicado em Outubro de 2010 pela FRA <sup>7</sup>, no qual participamos na equipa de investigadores liderada pelo VIDC Fair Play de Viena, foram identificadas formas de discriminação estrutural ou normativa propícias à exclusão, e de discriminação directa, i.e., de agressão ou outros actos atentatórios da dignidade dos atletas, em particular comportamentos racistas e xenófobos.

Apesar do consenso geral relativo às potencialidades do desporto inclusivo, nomeadamente na criação de redes de sociabilidade e afinidade em espaços comunitários ou territoriais, em que jovens inseridos em famílias desfavorecidas ou sujeitas a qualquer tipo de discriminação experimentam a interacção social, na base do respeito mútuo e da igualdade em torno do sentido de pertença ao grupo, contrariando assim as experiências exclusivas que as sociedades tendem a sujeitá-las, os exemplos de exclusão no desporto continuam a manifestar-se, certamente tanto mais quanto maiores forem as desigualdades sociais, e os preconceitos étnicos, religiosos, de género, de deficiência, e de orientação sexual em cada sociedade.

Como vemos, se por um lado, o desporto se apresenta como uma configuração social no sentido que Elias e Dunning (1986) lhe atribuiu, potenciadora da inclusão, da promoção da tolerância, do respeito pelo outro, da cooperação, lealdade e amizade, valores associados ao *fairplay*, princípio basilar da ética do desporto (Arnold, 1998; Simon, 2004; Marivoet, 2010); por outro, também nele se podem expressar intolerâncias e exclusões, nomeadamente discriminações raciais e étnicas (Kassimeis, 2008; Hylton, 2009). Daí a importância que tem vindo a ser dada pelas entidades ou órgãos da União Europeia, na promoção e divulgação de estudos e iniciativas consideradas positivas.

Se ao nível das políticas desportivas, se encontram orientações estratégicas precisas tendo em vista a promoção do desporto inclusivo, nomeadamente através da criação e desenvolvimento de projectos no terreno como analisámos em publicação anterior (Marivoet, 2012); nos meios académicos, o tema ou problemática da inclusão social, ainda se encontra bastante marginal face às áreas de interesse dos investigadores das ciências sociais do desporto.

Numa perspectiva utilitária da ciência, em que o conhecimento produzido deverá contribuir para a melhoria das relações humanas, ainda que preservando a neutralidade científica, e por isso afastando-se de qualquer tipo de engenharia social, podemos questionar-nos sobre qual a relevância do conhecimento sociológico nesta área de intervenção social? Trata-se, em nosso entender, de um novo campo de investigação, colocando-se desde logo vários desafios na procura dos fundamentos conceptuais, e dos princípios explicativos dos processos sociais que encerra, tal como desenvolveremos neste trabalho. Estamos convictos que o conhecimento científico será indispensável à compreensão dos factos sociais em análise, e que certamente contribuirá para a precisão e prossecução dos objectivos dos projectos em curso ou que se venham a empreender, e também para a avaliação do impacto desta intervenção social.

## **1. Abordagem conceptual do problema**

Os processos de exclusão social, integração e inclusão, são áreas de investigação das ciências sociais, em particular nas áreas disciplinares da sociologia, da psicologia e da economia social e solidária, que contam com um conhecimento consolidado, nomeadamente no estudo das problemáticas da pobreza, das desigualdades sociais, da discriminação racial ou étnica, da deficiência e da educação. No entanto, será necessário problematizar as abordagens ou concepções teóricas existentes, tidas como princípios explicativos

da realidade destes campos de análise, de modo a poderem enquadrar ou contextualizar a realidade no campo desportivo, e decorrentemente sujeitá-las à investigação empírica, de modo a produzir conhecimento alicerçado na realidade dos factos sociais.

Revisitando a noção de anomia de Émile Durkheim ([1895-1899]1975), Robert Castel (1998) considera que a exclusão social é uma forma de desfiliação, decorrente da perda de participação na actividade produtiva associada ao isolamento relacional. O autor considera também, que a vulnerabilidade social é uma zona intermediária instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade.

A esfera do trabalho apresenta-se assim central aos olhos deste autor para a coesão da estrutura social, e decorrentemente insere as desigualdades sociais nos processos de exclusão e de perda de cidadania. Ainda assim, a noção de desfiliação associada à perda de cidadania e à exclusão, denota potencialidades no estudo dos processos de exclusão no desporto, e igualmente nos de inclusão social. Nestes últimos, fazendo-se uso da noção de filiação associada ao exercício de cidadania, justamente pelo facto do desporto constituir um espaço social orientado para a criação de redes de sociabilidade e de participação cívica, na produção e reprodução de identidades várias, incluindo as territoriais e nacionais, como vários estudos têm vindo a revelar (Dauncey & Hare, 1999; Finn & Giulianotti, 2000; Miller et al., 2001; Giulianotti & Robertson, 2007; Marivoet, 2006a, 2006b).

Também o conceito sociológico de capital social apresenta enormes potencialidades na teorização do problema no campo do desporto. Inicialmente proposto por Pierre Bourdieu (1979, 1980, 1985), tem vindo a ser desenvolvido por outros autores, nomeadamente Putnam, no estudo comparativo sobre o desenvolvimento de comunidades, e Coleman enquanto recurso mobilizável no alcance dos objectivos e satisfação dos interesses pessoais, tal como Portes (2000) e Almeida (2011) assinalaram nos seus trabalhos sobre capital social.

Entrando em ruptura com as tradicionais abordagens marxistas no estudo das classes sociais, que privilegiam o lugar que os indivíduos ocupam na esfera produtiva e a posse dos meios de produção na estratificação social, Bourdieu (1979) introduziu os conceitos de capital económico, cultural e social na análise dos processos de produção e reprodução das identidades de classe. Também os gostos e as práticas culturais constituíram indicadores de posição de classe ou fracção desta, onde incluiu os hábitos desportivos. No desenvolvimento desta abordagem, Pociello (1987) acrescentou o capital corporal, e num trabalho anterior, introduzimos também a noção de capital desportivo entendido como habilidade ou gosto pela performance desportiva, enquanto recurso mobilizável pelos indivíduos que o detêm (Marivoet, 1997a, 1997b).

Nos elementos constitutivos do capital social, Bourdieu (1980, 1985) identificou as redes de relações sociais, que permitem aos indivíduos ter acesso aos recursos dos membros do grupo ou da rede, e a quantidade e a qualidade de recursos do grupo. As relações estabelecidas entre os indivíduos pertencentes a um determinado grupo, não advêm segundo Bourdieu apenas da partilha das relações objectivas ou do mesmo espaço socioeconómico, mas das trocas materiais e simbólicos, cuja instauração e perpetuação pressupõe o reconhecimento dessa proximidade.

Ora os clubes ou organizações desportivas apresentam-se justamente como espaços de criação de redes sociais produtoras de capital social, tal como acontece em outras esferas da vida social, como a família, a escola, a igreja, etc. É pois através destas redes sociais que o indivíduo adquire sentimentos de pertença, de fazer parte da sociedade, e por isso de inclusão geradora de *empowerment* (Pinto, 2011).

Bourdieu alertou também para o facto, dos benefícios obtidos pelos indivíduos mediante a participação em grupos ou redes sociais, nomeadamente a capacidade do capital social ser transformado em capital cultural ou económico, sendo que no caso das práticas desportivas poderíamos acrescentar os capitais corporal e desportivo, potenciando o desporto enquanto espaço promotor de recursos geradores de inclusão. Contudo, esta problematização teórica, ainda que do ponto de vista conceptual nos permita orientar a investigação, carece de comprovação empírica mais consolidada, sendo por isso necessário ampliar e diversificar o estudo da realidade.

Por exemplo, a monitorização dos casos de exclusão e discriminação no desporto, tendo em vista a avaliação da sua dimensão e impacto na sociedade, assim como a compreensão da natureza e dos processos que lhe estão subjacentes, apresenta-se como uma possibilidade de estudo, a meu ver imprescindível no desenvolvimento do conhecimento empírico da realidade, tal como concluiu o estudo da FRA acima referido em que colaborámos. No entanto, dado o investimento que estes estudos requerem em termos de meios e recursos humanos, só será possível a sua implementação com a captação de financiamento, o que poderá ser um obstáculo, especialmente quando não existe interesse neste tipo de estudos por parte dos programas nacionais de financiamento à investigação científica, pelo menos em Portugal.

Certamente, que o conhecimento produzido nestes Observatórios permitiria aprofundar as formas e os processos de exclusão e discriminação que se manifestam no desporto, conhecimento indispensável para servir de apoio aos programas e projectos que promovem no terreno o desporto inclusivo, e assim contribuir para a fundamentação de políticas desportivas dirigidas à sua promoção. Também, esta monitorização poderia ser acompanhada da realização de estudos que permitissem avaliar a eficácia e o alcance das metodologias implementadas, o que se traduziria numa mais-valia para o conhecimento neste campo de intervenção, nomeadamente a precisão de critérios validados de boas práticas.

## **2. Noções de inclusão social no e pelo desporto**

Por inclusão social no desporto, considera-se a existência real de igualdade de oportunidades no seu acesso, constituindo boas práticas a promoção da prática desportiva generalizada, e a presença de pessoas tendencialmente excluídas na sociedade no exercício das actividades dirigentes e técnicas, i.e., que não seja exercida discriminação no acesso a estes cargos por motivos raciais, étnicos, religiosos, deficiência, género, orientação sexual, classe social ou outros.

Por seu lado, a inclusão social através do desporto remete para o desenvolvimento de competências pessoais, sociais, motoras ou outras, capazes de produzir *empowerment* junto dos grupos-alvo em intervenção, em que as boas práticas se dirigem à promoção do desporto formativo, isto é, privilegiando os princípios éticos do desporto e valores associados junto de crianças e jovens em meio escolar ou em situações de risco de discriminação, como demonstraram nos seus trabalhos Sherry (2010) e Haudenhuyse, Theeboom e Nols (2012).

Ainda que carecendo de maior problematização teórica, estas pré-noções consensuais nos meios institucionais europeus, fornecem orientação em áreas de investigação quer ao nível macro quer micro da realidade social. Por exemplo, ao nível micro, a investigação-acção constitui uma possibilidade de estudo dirigida a projectos concretos de intervenção no terreno, ou mesmo à orientação da actividade desportiva no âmbito de grupos ou equipas tendo em vista a inclusão social, cujos resultados se podem tornar muito profícuos no estudo das potencialidades do desporto como ferramenta de inclusão social, em particular ao nível do como fazer, como promover inclusão e incrementar competências produtoras de *empowerment*.

## **3. Uma proposta metodológica de investigação-acção**

As conclusões preliminares dos estudos de caso inseridos na linha de pesquisa sobre inclusão social no e pelo desporto que tenho vindo a promover nos últimos 2 anos, ainda que não permitam retirar um conhecimento sistematizado, apontam para a eficácia das estratégias inclusivas adoptadas pelos treinadores e professores junto dos universos em estudo. Basicamente, estes estudos de caso orientados para públicos jovens, têm sido desenvolvidos em equipas de clubes desportivos, grupos de prática desportiva inseridos em programas comunitários, e em turmas de escolas.

Como pressupostos metodológicos, estes estudos de caso dirigidos à investigação-acção (Sanches, 2005), contemplam a análise da estrutura de um grupo, recorrendo-se para o efeito a testes sociométricos com a respectiva construção da matriz sociométrica (Northway & Weld, 1999), a fim de se identificarem casos de exclusão através do IPS (Índice de Posição Sociométrica). É a partir desta análise que as estratégias inclusivas a serem implementadas pelos treinadores ou professores através da interacção desportiva são definidas, com posterior avaliação.



As estratégias têm por objectivo criar situações de aproximação entre os jovens no espaço da interacção desportiva, criando 'palcos de proximidade' como lhe designamos, onde os jovens excluídos ou autoexcluídos, elementos com índices de Posição Sociométrica Muito Abaixo da Média ( $\geq 3$  numa matriz quadrada de 3 x 3) entram em interacção com os restantes.

Na criação destes palcos de proximidade privilegiam-se as afinidades manifestadas pelos elementos do grupo excluídos, e os facilitadores do grupo, ou seja os elementos que manifestam muitas afinidades ou preferências (n.º de escolhidos) com os restantes elementos do grupo. Para facilitar a identificação das preferências dos elementos excluídos, realizam-se sociogramas individuais, como evidencia a Figura 1:

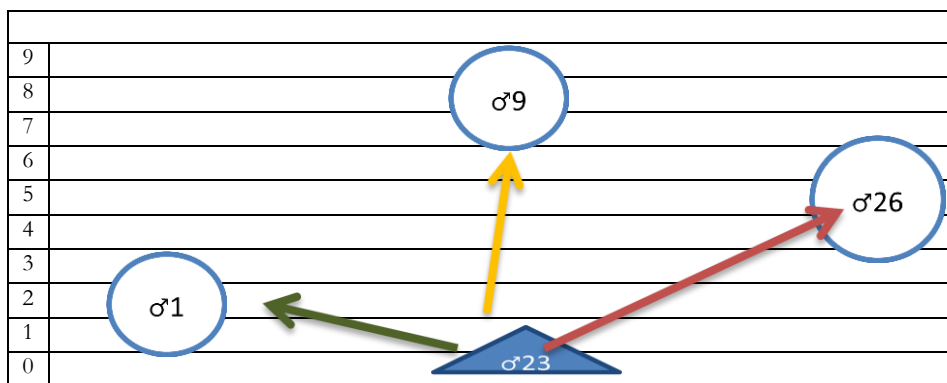


Figura 1 - Sociograma individual do rapaz 23. Fonte: Monteiro, T. (2013)<sup>8</sup>.

Neste estudo de caso realizado por Telma Monteiro (2013), o grupo era constituído por 33 jovens judocas com idades compreendidas entre os 8 e os 15 anos, 27 masculinos (79%) e 7 femininos (21%). Do conjunto dos 33 jovens judocas, 6 apresentaram IPS Muito Abaixo da Média (18%). A estratégia inclusiva tendo em vista criar palcos de proximidade durante os treinos para estes 6 jovens judocas em situação de exclusão, foi definida em conjunto com a treinadora do Clube de Judo da Universidade Lusófona, e implementada entre Fevereiro e Maio de 2013.

Como evidencia o Gráfico 1, a estratégia adoptada para os 6 elementos do grupo com IPS Muito Abaixo da Média, por isso em situação de exclusão, teve um êxito de 83,3%. Apenas o rapaz 4 se manteve na situação de exclusão, o que poderá ser explicado pelo número de faltas aos treinos registadas no período da adopção da estratégia (Monteiro, 2012, p. 36).

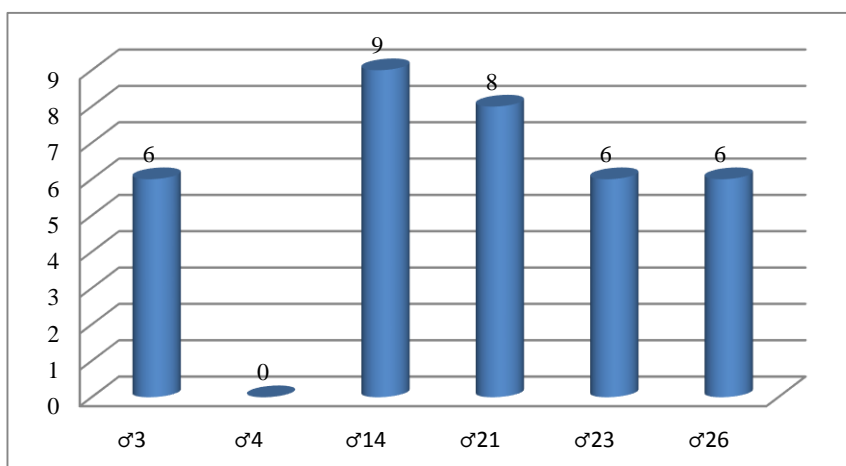


Gráfico 1 - Índices de Posição Sociométrica após aplicação da estratégia inclusiva a 6 elementos. Fonte: Monteiro, T. (2013)<sup>9</sup>.

Esta metodologia de investigação-acção, adoptada em estudos de caso, tem por objectivo criar oportunidades de aproximação física entre as crianças e jovens de um dado grupo através da interacção desportiva, daí lhe chamarmos palcos de proximidade. Com esta intervenção social, pretende-se dirimir os muros de afectos, que regra geral tendem a ser erguidos por preconceitos sociais que levam a comportamentos e atitudes de marginalização, e assim gerar afiliação e capital social decorrentes do sentido de pertença, de fazer parte, de participar e experienciar o exercício de cidadania.

Na metodologia adoptada, as vivências inclusivas partilhadas no espaço da interacção desportiva, e as competências individuais adquiridas, são ainda analisadas através da autorrepresentação dos actores sociais envolvidos, as crianças e jovens atletas ou desportistas. Naturalmente, que para uma maior compreensão do fenómeno será necessário conciliar esta análise subjectiva com a objectiva, por exemplo alargando os universos de análise às famílias e aos professores, procedimento que se tem demonstrado de difícil exequibilidade, mas que pretendemos vir a introduzir sempre que o acesso nos seja facilitado.

### **Considerações finais**

Apesar do alargado consenso em torno das potencialidades do desporto na promoção da inclusão social, os factos apontam, para que estas só poderão tornar-se efectivamente reais, se a orientação da prática desportiva contemplar estratégias que visem alcançar estes objectivos, como denotam os casos de exclusão e discriminação que têm vindo a ser identificados nos estudos referidos.

Ainda assim, para que o desporto se torne verdadeiramente inclusivo, em particular junto de populações jovens mais desfavorecidas, e/ou sujeitas a formas de discriminação, e/ou com menores habilidades na produção das performances desportivas, serão necessárias políticas públicas de inclusão e de prevenção das formas de discriminação, abuso e exclusão.

Na abordagem teórica dos estudos de caso realizados através da investigação-acção da linha de investigação de inclusão social no e pelo desporto que temos vindo a orientar, recorreremos ao conceito de capital social inicialmente proposto por Bourdieu (1979, 1980, 1985). Recorreremos também à noção de afiliação por oposição à noção de desfiliação associada à perda de cidadania e exclusão, proposta por Robert Castel (1988). Seguramente, que no estudo da inclusão social através do desporto, a noção de afiliação se torna de grande alcance na explicação dos processos sociais subjacentes, tanto mais que o desporto se apresenta como um espaço social orientado para a criação de sociabilidades e redes de participação cívica na produção e reprodução de várias identidades, tais como as comunitárias, organizacionais, locais ou nacionais, potenciadoras do *empowerment*, em particular junto de populações jovens mais desfavorecidas.

Na metodologia de investigação adoptada na investigação-acção dos estudos de caso realizados, utilizámos os testes sociométricos para o estudo da estrutura das relações dos grupos em análise, de modo a identificar os elementos excluídos ou autoexcluídos (Northway & Weld, 1999). Uma segunda aplicação destes testes permitiu avaliar as estratégias inclusivas implementadas, no sentido de aproximar as crianças e jovens em situação de exclusão, através da criação de palcos de proximidade na interacção desportiva durante as aulas ou treinos.

Em suma, pretendemos com este trabalho mostrar, como a dimensão social do desporto ganhou relevância desde a década passada, i.e., desde o início do século XXI, e desse modo os desafios que se colocam ao estudo da problemática da inclusão social no e pelo desporto, seguramente uma área de investigação emergente das ciências sociais, e em particular da sociologia do desporto, que necessita de ser aprofundada.

### **Referências bibliográficas**

- Almeida, J. (2011). *O Capital Social*. Lisboa: INCM.
- Arnold, P. J. (1998). *Sport, Ethics and Education* (2). London: Cassel.
- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction Critique Sociale du Jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.

- Bourdieu, P. (1980). Le capital social: notes provisoires. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 31, 2-3.
- Bourdieu, P. (1985). The forms of capital. In J. G. Richardson (org.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education* (pp. 241-58). Nova Iorque: Greenwood.
- Castel, R. (1998). *As Metamorfoses da Questão Social* (9). Petrópolis: Editora Vozes.
- Dauncey, H., Hare, G. (Eds.) (1999). *France and the 1998 World Cup: The National Impact of a World Sporting Event*. London: Frank Cass.
- Durkheim, É. ([1895-1899]1975). *Religion, Morale, Anomie, Textes 2*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Elias, N. & Dunning, E. (1986). *Quest for Excitement. Sport and Leisure in the Civilising Process*. Oxford: Blackwell.
- Finn, G. P.T. e R. Giulianotti (Eds.) (2000). *Football Culture. Local Contests, Global Visions*. London: Frank Cass.
- Friedman, J. (2000). *Cultural Identity e Global Process* (4). London: Sage Publication.
- Giulianotti, R & Robertson, R. (Eds.) (2007). *Globalization and Sport*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Haudenhuyse, R., Theeboom, M. & Nols, Z. (2012). Sports-based interventions for socially vulnerable youth: Towards well-defined interventions with easy-to-follow outcomes?. *International Review for the Sociology of Sport*, 48(4), 471-484.
- Hylton, K. (2009). *'Race' and Sport. Critical Race Theory*. London: Routledge.
- Kassimeris, C. (2008). *European Football in Black and White. Tackling Racism in Football*. Lanham: Lexington Books.
- Maffesoli, M. (1988). *Le temps des tribus. Le déclin de l'individualisme dans les sociétés postmodernes*. Paris: La Table Ronde.
- Marivoet, S. (1997a). Investimentos sociais em carreiras desportivas. *Revista Horizonte*, vol. XIII - nº 76, 26-31.
- Marivoet, S. (1997b). Dinâmicas sociais nos envolvimento desportivos. *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 23, 101-113.
- Marivoet, S. (2006a). *Euro 2004<sup>TM</sup> Um evento global em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Marivoet, S. (2006b). UEFA Euro 2004<sup>TM</sup> Portugal: The social construction of a sports mega-event and spectacle. In J. Horne & W. Manzenreiter (Eds.), *Sports Mega-Events. Social Scientific Analyses of a Global Phenomenon* (pp. 127-143). Oxford: Blackwell Publishing.
- Marivoet, S. (2010). Sociological Approach on Sports Ethics in a Context of Social Change. *Physical Culture and Sport. Studies and Research*, vol. XLIX, 39-52.
- Marivoet, S. (2012). Inclusão Social no e pelo Desporto. Um Desafio do Século XXI. In P. M. Pinto (Coord.) *Olímpico. Os Jogos num Percurso de Valores e de Significados* (pp. 89-96). Porto: Edições Afrontamento.
- Monteiro, T. (2013). *Aulas de Judo como Meio de Inclusão Social. Estudo no Clube de Judo da Universidade Lusófona na classe dos 8 aos 15 anos*. Projecto final de licenciatura em Educação Física e Desporto desenvolvido na linha de investigação Inclusão Social no e pelo Desporto do CeSDOD, FEFD-ULHT.
- Miller, T., G. Lawrence, J. McKay, D. Rowe (2001). *Globalization and Sport*. London: Sage Publications.
- Northway, M. L. & Weld, L. (1999). *Testes Sociométricos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Pociello, C. et al. (1987). *Sports et Société approche socio-culturelle des Pratiques*. Paris: Éditions Vigot.

Portes, A. (2000). Capital Social: Origens e Aplicações na Sociedade Contemporânea. *Sociologia Problema e Práticas*, 33, 133-158.

Pinto, C. (2011). *Representações e práticas do Empowerment nos trabalhadores sociais*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Política Social, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

Sanches, I. (2005). Compreender, Agir, Mudar, Incluir. Da investigação-acção à educação inclusiva. *Revista Lusófona de Educação*, 5, 127-142.

Sherry, E. (2010). (Re)engaging marginalized groups through sport: The Homeless World Cup. *International Review for the Sociology of Sport*, 45(1), 59-71.

Simon, R. L. (2004). *Fair Play: The Ethics of Sport* (2). Colorado: Westview.

---

<sup>1</sup> [http://www.olympic.org/documents/olympic\\_charter\\_en.pdf](http://www.olympic.org/documents/olympic_charter_en.pdf)

<sup>2</sup>

[https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?Ref=Rec\(92\)13&Sector=secCM&Language=lanEnglish&Ver=rev&BackColorInternet=9999CC&BackColorIntranet=FFBB55&BackColorLogged=FFAC75](https://wcd.coe.int/ViewDoc.jsp?Ref=Rec(92)13&Sector=secCM&Language=lanEnglish&Ver=rev&BackColorInternet=9999CC&BackColorIntranet=FFBB55&BackColorLogged=FFAC75)

<sup>3</sup> <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52007DC0391&from=EN>

<sup>4</sup> [http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text\\_en.pdf](http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_en.pdf)

<sup>5</sup> [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_296\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_296_en.pdf)

<sup>6</sup> <http://www.isca-web.org/files/Sport%20and%20Multiculturalism%20EU%202004.pdf>

<sup>7</sup> [http://fra.europa.eu/fraWebsite/attachments/Report-racism-sport\\_EN.pdf](http://fra.europa.eu/fraWebsite/attachments/Report-racism-sport_EN.pdf)

<sup>8</sup> *Aulas de Judo como Meio de Inclusão Social. Estudo no Clube de Judo da Universidade Lusófona na classe dos 8 aos 15 anos*. Projecto final de licenciatura em Educação Física e Desporto desenvolvido na linha de investigação Inclusão Social no e pelo Desporto do CeSDOD, FEFD-ULHT.

<sup>9</sup> *Aulas de Judo como Meio de Inclusão Social. Estudo no Clube de Judo da Universidade Lusófona na classe dos 8 aos 15 anos*. Projecto final de licenciatura em Educação Física e Desporto desenvolvido na linha de investigação Inclusão Social no e pelo Desporto do CeSDOD, FEFD-ULHT.